

Infração Juvenil Feminina: Uma Trajetória de Abandonos

Débora Dalbosco Dell'Aglio

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Samara Silva dos Santos

Jeane Lessinger Borges

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

RESUMO

O comportamento infrator em adolescentes do sexo feminino tem sido relacionado à ocorrência de eventos estressores, assim como à presença de outros fatores de risco individuais e contextuais. Este estudo investigou a trajetória de vida de 50 adolescentes do sexo feminino, de 13 a 20 anos, que cumpriam medidas socioeducativas em órgão governamental, na cidade de Porto Alegre, RS. Os dados foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas, que tinham por objetivo investigar o desenvolvimento das adolescentes e a exposição a fatores de risco. Os resultados apontaram a ocorrência de repetidas rupturas nas relações com os cuidadores e violência intra e extrafamiliar. Conclui-se que a falta de estabilidade e a fragilidade dos vínculos estabelecidos durante o desenvolvimento, assim como os demais eventos estressores vivenciados, podem estar associados à manifestação dos comportamentos desadaptativos destas adolescentes e podem ser entendidos como facilitadores para a entrada na vida infracional.

Palavras-chave: comportamento infracional; fatores de risco; adolescência.

ABSTRACT

Female Juvenile Delinquency: A Trajectory of Abandonment

Delinquent behavior of female adolescents have been related to the occurrence of stressful events, as well as other individual and contextual risk factors. This study investigated the life trajectory of 50 adolescent girls, aged 13 to 20 years old, who had had problems with the law, were in a governmental shelter in Porto Alegre, Brazil. Exposure to risk factors and the development of these adolescents were investigated through individual semi-structured interviews. The findings showed a successive rupture of attachments, in childhood, between these adolescents and their parents or primary caregivers, and exposure to domestic and community violence. A lack of stability and fragility to primary attachments throughout their lives, as well as stressful events were observed, and the consequences could be associated to non-adaptative behaviors and female juvenile delinquency.

Keywords: delinquency; risk factors; adolescence.

A delinqüência juvenil tem sido considerada como um distúrbio psicossocial do desenvolvimento, que deve ser entendido pela sua complexidade, já que sua manifestação ocorre a partir de fatores contextuais, biológicos e sociológicos (Silva, 2002). A compreensão dos conceitos de vulnerabilidade e de fatores de risco é fundamental para a determinação das inúmeras variáveis presentes na etiologia deste comportamento (Born, Chevalier & Humblet, 1997; Castro, 2002; McKnight & Loper, 2002). O termo delinqüência caracteriza-se como a transgressão de normas de conduta, sendo assim denominado jurídico e não psicologicamente. A literatura psicológica buscou, nas últimas décadas, utilizar o termo comportamento delinqüente, em contraponto à delinqüência juvenil, pois compreende tal comportamento como momentâneo e transitório, dependendo das influências contingenciais

e não como um transtorno de conduta ou personalidade, como se já houvesse um quadro psicopatológico (Silva, 2002).

Tem sido apontado um aumento na ocorrência do comportamento infrator feminino, nos últimos anos, em contrapartida à concepção tradicional de que a infração juvenil é, predominantemente, um comportamento masculino (Assis & Constantino, 2001; Chesney-Lind & Paramore, 2001). No início da década de 90, foi observado que a infração juvenil feminina representava cinco por cento do total de adolescentes que entraram no sistema judiciário no Havaí, triplicando esse percentual no final dos anos 90 (Chesney-Lind & Paramore, 2001). No Brasil, o estudo de Assis e Constantino (2001) apontou um aumento significativo nas taxas de atos infracionais cometidos por adolescentes do sexo feminino. Em 1992, no Rio de Janeiro, as adolescentes foram responsáveis

por 263 atos infracionais, e em 1998 esse índice aumentou para 766. No Rio Grande do Sul, em junho de 2004, de acordo com a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), havia 1054 adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, sendo que apenas 27 deles (2,56% do total) correspondiam à infração juvenil feminina privativa de liberdade (<http://jjj.tj.rs.gov.br>).

Pesquisas indicam que os atos cometidos por estas adolescentes variam de roubo a homicídio, sendo caracterizados como de pouca gravidade (Assis & Constantino, 2001; Chesney-Lind & Paramore, 2001). No Rio de Janeiro, do total de 27 adolescentes entrevistadas, dez cometeram ato infracional relacionado a tráfico de drogas; três foram apreendidas por uso de drogas, 12 por roubos e duas por homicídio (Assis & Constantino, 2001). Em outro estudo, crimes contra o patrimônio representaram 68,6% dos atos infracionais praticados pelas adolescentes, tráfico de drogas 15% e crimes contra a vida e a pessoa apenas 1,3% (Oliveira & Assis, 1999).

Scaramella, Conger, Spoth e Simons (2002), assim como Silva e Hutz (2002) apontam a presença de fatores de risco para a delinquência, que podem ser divididos em fatores individuais, como características biológicas, comportamentais e cognitivas do indivíduo; e contextuais, como características familiares, sociais e experiências de vida negativas. Também são citados, como fatores de risco para delinquência, características de temperamento, família delinqüente, ausência paterna, baixa renda, deficiências educacionais, separação precoce dos pais e experiências traumáticas de abuso, assim como violência física e abuso sexual (Barnow, Lucht & Freyberger, 2001; Born e cols., 1997).

O comportamento infrator na adolescência também pode estar associado à diminuição do envolvimento parental em famílias numerosas, à modelagem de comportamento mal adaptativo por pares e ao uso de álcool ou drogas pelos pais ou outro membro da família (Herrera & McCloskey, 2001; Sheley, McGee & Wright, 1992). Desta forma, a falta do envolvimento afetivo dos pais, negligência de cuidados físicos, assim como o envolvimento com pares desviantes, nos anos precoces da infância e adolescência, aumentam o risco do desenvolvimento de comportamento delinqüente (Scaramella e cols., 2002). A perda de contato afetivo com pessoas significativas, ao longo do desenvolvimento infantil, através do abandono ou morte dos pais, por exemplo, está associada à dificuldade de estabelecer vínculos afetivos posteriores e à presença de problemas emocionais, como depressão e ansiedade (Assis & Constantino, 2001; Ramires, 2003). Assim, a sobreposição de influências e de experiências negativas é apontada como uma variável importante no desenvolvimento de distúrbios do comportamento

durante a adolescência, como a delinquência feminina (Born e cols., 1997; Cauffman, Feldman, Waterman & Steiner, 1998; Silva & Hutz, 2002).

Alguns autores sugerem que a exposição de crianças e adolescentes à violência doméstica, como vítimas ou testemunhas, interfere no desenvolvimento de seus processos cognitivos e emocionais (Garbarino, Kostelny & Dubrow, 1991; Salzinger, Feldman, Stockhammer & Hood, 2002). As conseqüências dessa exposição à violência relacionam-se à redução do repertório cognitivo-comportamental de estratégias de resolução de problemas, fazendo com que comportamentos agressivos sejam reeditados frente às pressões e dificuldades (Lisboa e cols., 2002). Além disso, Osofsky (1995) apontou, como efeitos da violência prolongada em crianças, problemas relacionados ao desenvolvimento (como, por exemplo, dificuldade na aquisição da autonomia, no treino do controle esfinteriano, distúrbio do sono e regressão na linguagem), Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), emoções negativas, comportamento agressivo, bem como, dificuldades em desenvolver relações interpessoais iniciais, refletindo um apego pobre. Overstreet (2000), revisando a literatura sobre as conseqüências da exposição à violência comunitária, em crianças e adolescentes, indicou quatro grandes conjuntos de conseqüências: a) altos níveis de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT); b) sintomas depressivos; c) problemas comportamentais, como comportamento antissocial; e d) baixa performance escolar.

A população juvenil feminina, especialmente a que se encontra em conflito com a lei, tem sido foco de poucas pesquisas no Brasil, destacando-se apenas os estudos de Assis e Constantino (2001), que revelaram as particularidades das adolescentes infratoras do Rio de Janeiro. Considerando a falta de estudos nesta área e a necessidade de maior compreensão sobre o fenômeno da delinquência juvenil feminina, este trabalho teve como objetivo investigar a trajetória de vida de adolescentes do sexo feminino que cumprem medidas socioeducativas na cidade de Porto Alegre.

MÉTODO

Participantes

Participaram do estudo 50 adolescentes autoras de ato infracional, com idade variando de 13 a 20 anos ($M=16,39$; $D.P.=1,82$), com tempo médio de institucionalização de 3,5 meses ($D.P.=5,3$). A escolaridade variou entre “nunca estudou” a primeiro ano do ensino médio ($M=5,54$; $D.P.=2,28$), sendo que 72% delas eram oriundas do interior do Estado e 28% da capital. Os motivos pelos quais estas adolescentes encontravam-se cumprindo medidas socioeducativas se referiam a: ato infracional contra pessoa (66%), ato infraci-

onal relacionado a tóxicos (10%), regressão de medida (14%) e ato infracional contra o patrimônio (6%). As medidas socioeducativas cumpridas por este grupo de adolescentes variaram de privação de liberdade (30%), restritiva de liberdade (20%), regressão de medida (18%) e internação provisória (32%).

Instrumentos e Procedimentos

Este estudo foi de caráter exploratório, baseado em dados da trajetória de vida de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Foram realizadas entrevistas individuais com o objetivo de investigar dados sociodemográficos, motivo e tempo de institucionalização, situação de moradia anterior, relações familiares e eventos estressores, entre outros dados.

As entrevistas foram realizadas na própria instituição governamental e foram tomados cuidados éticos referentes a este tipo de estudo, tendo sido obtido consentimento livre e esclarecido junto à Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE/RS), que mantém formalmente a guarda das adolescentes autoras de ato infracional, atendendo à Resolução nº 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia e a Resolução nº 196 do Conselho Nacional de Saúde, referentes à conduta ética na pesquisa com seres humanos. Também foi solicitada a cada participante a concordância em participar da pesquisa, assegurando-lhe sigilo e confidencialidade dos dados. As participantes foram claramente informadas de que sua participação no estudo era voluntária e poderia ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. Os nomes das adolescentes apresentados neste estudo são fictícios para preservar suas identidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das entrevistas realizadas, foram levantados dados sociodemográficos com o objetivo de obter-se um perfil do grupo investigado. Verificou-se que 68% das adolescentes já desenvolveram alguma atividade remunerada (trabalho formal e informal) e que 62% delas estavam participando de oficinas na própria instituição. Quanto à moradia anterior, 68% das adolescentes moravam com a família biológica, 4% com família adotiva, 14% com o companheiro, 8% vinham de outra instituição e 6% delas moravam nas ruas. Destaca-se, no entanto, que 14% delas não tinha mais nenhum contato com a família e apenas 16% permaneceu junto à sua família de origem durante toda a infância e adolescência. Observou-se que 48% das adolescentes já haviam ficado grávidas, sendo que 17 participantes tinham de um a três filhos e oito haviam tido aborto espontâneo ou provocado. Além disso,

34% das adolescentes referiram ter sofrido abuso sexual e 70% relataram o uso de drogas.

Os dados levantados nas entrevistas foram analisados através da análise de conteúdo (Bardin, 1977), procurando-se considerar os núcleos de sentido das falas das adolescentes. Observou-se dois aspectos principais que se mostraram presentes nos relatos das participantes do estudo: a vivência de repetidas rupturas nos vínculos afetivos e a exposição à violência intra e extrafamiliar, aspectos estes que perpassam a trajetória de vida destas adolescentes.

O relato de vivências de rupturas de vínculos se apresentou de forma muito consistente, na fala das participantes, relacionado a perdas e separação de pessoas significativas em suas vidas. Foram identificadas seqüências de abandonos e afastamentos, assim como a ocorrência de morte de um dos pais ou outro familiar, ausência da figura paterna e separação dos pais. Estas seqüências de abandonos e afastamentos podem ser verificadas pela sucessão de cuidadores (mães, avós, tias e instituições de abrigo), ou pela falta destes, ao longo da infância das adolescentes, e pelos movimentos de aproximação/afastamento das figuras maternas e paternas com suas filhas. Assis e Constantino (2001) caracterizam este fenômeno como “Pinguê-Pongue” emocional, apontando que as adolescentes autoras de atos infracionais foram empurradas “de um lado para outro” durante a infância, sem a presença de pelo menos uma figura afetiva responsável pela atenção constante, proteção e segurança.

As seqüências de abandonos e afastamentos podem ser exemplificadas pela história de Ana, 18 anos, que cumpre medida socioeducativa por participação em seqüestro. De acordo com seu relato, os pais de Ana se separaram quando tinha cinco anos, sendo que ela ficou morando com o pai, alcoólatra, que costumava agredi-la com socos e fivela de cinta. Permaneceu por dois anos sem contato com a mãe, até os sete anos quando, então, passou a morar com a avó materna. Aos nove anos voltou a morar com o pai, mas fugiu de casa e foi atrás da mãe novamente. Antes de entrar na instituição morava com um companheiro, com quem tem um filho de um ano e 10 meses.

Laura, 18 anos, que cumpre medida socioeducativa por tráfico de drogas, apresenta uma história de vida semelhante à de Ana. A adolescente relatou que sua mãe faleceu no parto e que o pai não quis assumi-la, sendo criada até os três anos pelos avós maternos. Após a morte da avó materna, o avô casou-se novamente e Laura passou a chamar a companheira do avô de madrastra. Aos nove anos foi violentada sexualmente por um vizinho, sendo que em seguida foi morar com uma tia paterna. Aos 12 anos voltou a morar

com o avô e aos 13 anos já foi morar com um companheiro, do qual tem dois filhos.

Outro exemplo é a trajetória de vida de Paula, 18 anos, que estava institucionalizada por roubo, e que também apresenta uma sucessão de idas e vindas da casa dos avós maternos, para a casa da mãe e para a rua. Entretanto, observou-se que Paula sofreu, além da negligência física e emocional, a violência sexual caracterizada pela exploração sexual, a que a mãe a submetia. Relatou que o pai nunca quis saber dela. Desde que nasceu morou com os avós maternos, que eram muito rudes e batiam nela. Fugiu da casa deles e foi atrás da mãe, que era dona de um bordel. A mãe obrigou a filha a se prostituir e ela acabou engravidando de um cliente. Este deu dinheiro para criar a criança, mas o dinheiro foi roubado pelo padrasto, e a adolescente acabou entregando o filho para adoção. Antes de entrar na instituição ela estava morando na casa de sua patroa, onde trabalhava como doméstica e continuava se prostituindo para ajudar a cuidar de duas irmãs menores.

Através do relato das histórias de Ana, Laura e Paula, verifica-se as dificuldades encontradas por todas elas para o estabelecimento de um vínculo mais duradouro com pelo menos um cuidador permanente. Para De Antoni, Hoppe, Medeiros e Koller (1999), a família caracteriza-se como principal fonte de apoio, cuidado e afeto, possibilitando que seus membros adquiram senso de estabilidade e permanência. A estabilidade pode ser compreendida pela internalização de um senso de segurança, mesmo diante de situações adversas, capacitando a criança a enfrentar situações de estresse. Considerando que o senso de permanência se refere à percepção de que aspectos da experiência de vida são estáveis e imutáveis, pode-se compreender que, nos casos citados, não houve possibilidades para o estabelecimento deste senso de permanência, tendo em vista a alternância de cuidadores ao longo do desenvolvimento destas adolescentes. As sucessivas trocas de cuidadores potencializam os efeitos do abandono e da rejeição, na medida em que os laços afetivos tornam-se quase inexistentes (Assis & Constantino, 2001).

De acordo com Bowlby (1973/1984), os vínculos afetivos se desenvolvem, através do processo de apego, de acordo com as capacidades cognitivas e emocionais da criança, assim como pela consistência dos procedimentos de cuidado, sensibilidade e responsividade dos cuidadores. Estes vínculos afetivos e recíprocos, relacionados a uma imagem interna instaurada com os cuidadores primários, estão relacionados à construção de modelos internos de funcionamento, os quais irão atuar como base para relacionamentos futu-

ros (Bowlby, 1989). Por outro lado, a fragilidade destes vínculos potencializa atitudes defensivas contra um ambiente inseguro, desconfiança básica, agressividade, sentimento de culpa, baixa auto-estima e conduta autodestrutiva, sendo fonte de sofrimento psíquico para a criança (Loss, Ferreira & Vasconcelos, 1999).

O outro aspecto que se destacou na análise de conteúdo das entrevistas foi a presença de violência intra e extrafamiliar, compreendendo a exposição direta ou indireta das adolescentes a um contexto social e familiar caracterizado por agressões físicas, discussões verbais, ameaças e abuso sexual. Pode-se também observar que a vivência freqüente e severa de maus-tratos, ao longo do desenvolvimento infantil, se mostrou relacionada a situações de fuga de casa destas adolescentes, a suas conseqüentes vivências de rua e de exploração sexual, assim como ao envolvimento com o tráfico e uso de drogas, bem como às suas escolhas amorosas por companheiros violentos e também envolvidos no mundo infracional.

Entre os maus-tratos familiares foram relatados abusos físicos e sexuais, sendo que os principais perpetradores eram membros da família (mãe, pai, padrastos, irmãos e tios), configurando-se também a ocorrência de abuso sexual intrafamiliar. Dessa forma, pode-se observar que a família destas adolescentes não conseguiu exercer sua função protetiva, pois, ao contrário, tornou-se um fator de risco importante para seu bem-estar. A família é o grupo social básico do indivíduo, responsável pelo processo de socialização da criança e pela transmissão de valores e comportamentos aceitos culturalmente, possibilitando um desempenho social mais adaptado e a aquisição de autonomia (Grusec & Lytton, 1988; Steinberg, 2000). É no microsistema familiar que o adolescente pode buscar apoio para enfrentar situações adversas, potencializar sua auto-estima e validar seus sentimentos (De Antoni & Koller, 2000). No entanto, é também no ambiente familiar que o adolescente pode estar exposto à violência, principalmente quando na família há desavenças entre o casal, doença mental do cuidador, famílias numerosas ou práticas parentais inadequadas (De Antoni e cols., 1999).

A história de Camila, 16 anos, que cumpre medida socioeducativa por ato infracional contra pessoa (homicídio), exemplifica a vivência de violência em seu ambiente: durante sua infância teve passagem por abrigo de proteção, morou um tempo com a avó e outro período com seus tios. Na época em que morou com os tios, um amigo da família tentou abusá-la sexualmente e ela o matou. Tem três filhos, dois estão com o pai da adolescente e um com sua tia. Observa-se,

ainda, que além das situações de violência vivenciadas, esta adolescente também teve passagem por instituição. Este aspecto foi apresentado por várias participantes do estudo. Alice (15 anos), que cumpre medida socioeducativa pela segunda vez, permaneceu em abrigo de proteção dos sete aos 11 anos, pois os pais haviam se separado, a mãe fugiu de casa e o pai casou com sua amante.

Altoé (1990), a respeito da institucionalização, aponta que os abrigos, em sua maioria, não oferecem a vivência de relações calorosas, íntimas e contínuas com um cuidador, tendo em vista que dificilmente há uma pessoa permanente que desempenhe regular e constantemente o papel de mãe, pois há muitas trocas de cuidadoras e de administração da instituição. Assim, a institucionalização muitas vezes é vivida como uma experiência negativa que desconsidera a individualidade, impossibilitando escolhas pessoais. Além disso, as relações com os cuidadores – funcionários do estabelecimento – são marcadas pela falta de carinho e diálogo (Altoé, 1993).

Além da quebra de vínculos iniciais, da presença de violência doméstica e de institucionalização, também puderam ser constatadas fugas de casa e vivências de rua por estas adolescentes, levando-as ao contato direto com o uso de drogas, exploração sexual e a entrada na vida infracional por roubos e furtos. A vivência de rua também acarretou experiências de abuso sexual por desconhecidos, como no caso de Andréia, 15 anos, portadora de HIV/Aids. No seu relato de vida, Andréia comenta a morte do pai ainda quando era pequena e a dificuldade de estabelecer um bom vínculo afetivo com a mãe. Passou um período vivendo na rua, onde sofreu abuso sexual por duas vezes, e depois morava com um companheiro que a violentava fisicamente e com o qual teve um filho. Pode-se observar, através deste caso, que a vivência de rua está relacionada a uma violência ainda mais cruel. Abuso sexual por desconhecidos, exploração sexual, abortos, abuso de drogas e o alto risco para o contágio de doenças sexualmente transmissíveis fazem da rua um cenário violento, que compromete a saúde e o desenvolvimento das adolescentes, por se constituir numa violência estrutural (Gomes, 1994). Comprometimento emocional, insegurança, medo e baixa auto-estima também foram observados em meninas que vivem nas ruas. Desta forma, elas sofrem “múltiplas opressões dentro de um sistema desigual, por ser mulher, por ainda ser adolescente, por ser negra e por viver na rua – no limite da exclusão social” (Gomes, 1994, p. 166).

Miller, Trapani, Fejes-Mendoza e Eggleston (1995) demonstraram que, entre jovens delinquentes, há uma

maior incidência de abuso sexual de meninas, sendo que em seu estudo 81% das meninas e 13% dos meninos haviam sofrido abuso sexual. Além disso, mulheres vítimas de abuso sexual estão significativamente mais propensas a serem presas pelo envolvimento em crimes violentos ao longo de suas vidas do que mulheres que nunca sofreram algum tipo de abuso (Siegel & Williams, 2003). Neste estudo, pode-se também observar a ocorrência de abuso sexual durante a infância e adolescência das participantes.

Outra característica que influencia a ruptura de vínculos afetivos e a exposição à violência, entre as adolescentes e suas famílias, diz respeito ao estilo parental e às práticas educativas. Estudos indicam que, no Brasil, ainda persiste o uso de punição física como uma prática educativa (Ceconello, De Antoni & Koller, 2003; Meneghel, Giugliani & Falceto, 1998). Na história de Mariana (17 anos), verificou-se o uso da violência como prática educativa freqüente: esta adolescente morava com a mãe, o padrasto e o irmão no interior do Rio Grande do Sul. Em seu relato referiu ter muita dificuldade de diálogo com a família e ter sofrido abuso físico da mãe que não a deixava sair para festas, levando-a a fugir de casa e ir parar na rua. Também sofreu violência sexual na rua por um desconhecido, tem um filho com um companheiro que morreu de Aids e é portadora de diversas doenças sexualmente transmissíveis (HIV, sífilis e hepatite C). Assim, pode-se observar, neste exemplo, que práticas educativas envolvendo violência física podem estar relacionadas a conseqüências negativas no desenvolvimento de uma adolescente.

Steinberg (2000), numa revisão da literatura sobre família e o desenvolvimento de adolescentes, afirma que em famílias cujos pais apresentam diálogo, como prática educativa, os filhos demonstram altos escores de auto-estima, autoconfiança e desempenho escolar satisfatório. Além disso, apresentam menos depressão, ansiedade e comportamentos anti-sociais, incluindo a delinquência e o uso de drogas.

Neste estudo, as adolescentes relataram envolvimento afetivos com outros adolescentes também infratores, além da escolha de namorados e companheiros envolvidos no mundo do crime. Pode-se observar, através das falas das participantes, que esses relacionamentos são baseados em sentimentos ambivalentes, nos quais sentem-se protegidas, mas também amedrontadas: “ele me protege, mas ele também me bate”. Muitas adolescentes relataram que seus atos infracionais foram cometidos junto aos seus grupos de pares, principalmente com seus companheiros. Na adolescência, o grupo de pares é uma fonte importante de apoio emocional, de compreensão e um lugar de

experimentação, em que a autonomia e a independência dos pais pode ser exercitada (Steinberg, 2000). Assis e Constantino (2001) relataram a presença de ligações afetivas com familiares e com pares, incluindo companheiros, envolvidos com atos criminais, demonstrando que este tipo de vínculo está associado à entrada das adolescentes na vida infracional. Isto ocorre, pois de acordo com Salzinger e cols. (2002), um contexto familiar e social caracterizado pela violência, associado às características de temperamento e à busca por *status* social, motiva adolescentes a envolverem-se em grupos de pares com comportamentos violentos. Em muitos casos, para se pertencer a uma gangue (tribo), a adolescente é encorajada a se envolver em comportamentos ilegais e atividades delinquentes.

Simone (18 anos), em seu relato, demonstra o freqüente contato com pessoas envolvidas com delitos e violência. Comenta que perdeu a mãe aos 12 anos de idade e que costumava ficar na rua durante o dia e ir para a casa do pai somente à noite, pois os desentendimentos eram constantes. Uma de suas irmãs, que está com 22 anos, atualmente está presa e seu primo também cumpre medida socioeducativa. Além disso, antes de “ser pega” morava há um ano com um companheiro violento, tendo já feito dois abortos. Loeber e Dishion (1983), revisando a literatura, identificam entre outros fatores preditores para comportamento delinqüente, o comportamento anti-social de algum membro da família. Herrera e McCloskey (2001) também indicam a presença de conflito conjugal associado a abuso de drogas e álcool, além da criminalidade entre pais ou parentes, como importantes aspectos que podem contribuir para uma trajetória criminal.

Por último, um outro aspecto soma-se à sobreposição de influências e experiências negativas e perpassa as histórias destas adolescentes: a questão do ciclo da violência. Gomes, Deslandes, Veiga, Bhering e Santos (2002), numa revisão teórica sobre possíveis explicações para a prática de maus-tratos infantis, apontaram três modelos teóricos: a) a reprodução das experiências de violência, ou seja, quando a violência inicialmente é sofrida e posteriormente passa a ser praticada; b) os desajustes familiares, psíquicos e alcoolismo; e c) a ordem macro estrutural. A compreensão da presença de um ciclo de violência também é estudada por Belsky (1993) e por De Antoni e Koller (2000), enfocando que uma criança maltratada pode vir a ser um adulto abusador em potencial.

Em alguma medida a violência esteve presente nas relações iniciais destas adolescentes, seja pela ruptura dos vínculos iniciais, que não deixa de ser uma violência, seja pela exposição direta ou como testemunha de situações de maus-tratos. O ciclo de violência aca-

ba se completando, uma vez que estas adolescentes estão cumprindo medida restritiva de liberdade por algum ato infracional, ou seja, pelo cometimento de algum tipo de violência contra a sociedade. A multigeracionalidade também se torna evidente, se consideramos que os filhos de algumas destas adolescentes estão sob os cuidados de outras pessoas, deixando de ter o contato necessário com suas mães e, portanto, repetindo as rupturas de vínculos por elas vivenciadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram muitos os fatores presentes na trajetória de vida destas adolescentes que contribuíram para a situação a qual se encontravam – restritas da liberdade. Relatos de abandonos, rejeições, descontinuidade das relações familiares, maus-tratos e exposição à violência marcaram a vida das participantes deste estudo, constituindo-se como fatores de risco contextuais no seu desenvolvimento. Pode-se observar uma seqüência de rupturas de vínculos e abandonos, a presença de “Pingue-Pongue” emocional, o baixo envolvimento dos pais nos cuidados dos filhos, institucionalização na infância, envolvimento com pares violentos, fragilidade ou a inexistência da figura paterna e o uso de práticas educativas baseadas na violência, confirmando os fatores preditores para delinqüência juvenil apontados na literatura (Assis & Constantino, 2001; Loeber & Dishion, 1983; Scaramella e cols., 2002).

Tendo em vista a presença dos fatores de risco contextuais e dentro de uma perspectiva ecológica do desenvolvimento, ressalta-se a importância do contexto no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes (Bronfenbrenner, 1996). As trajetórias destas adolescentes se mostram relacionadas às características dos contextos da família, da comunidade, da escola e do grupo de pares nos quais estavam inseridas, e que influenciaram seu desenvolvimento nos aspectos emocionais, sociais, cognitivos e comportamentais. Portanto, é necessária uma visão de continuidade no desenvolvimento, em que fatores de risco contextuais e individuais relacionam-se como produto e resultado (Silva & Hutz, 2002). Assim, pode-se compreender que fatores como a falta de estabilidade e a fragilidade dos vínculos iniciais, a presença de violência, assim como os demais eventos estressores vivenciados estão associados à manifestação dos comportamentos desadaptativos destas adolescentes e podem ser entendidos como facilitadores para a entrada na vida infracional.

Dessa forma, destaca-se a importância de estudos de caráter longitudinal, que enfoquem a trajetória de vida de adolescentes inseridas em contextos de risco pessoal e social, possibilitando uma maior compreensão do fenômeno da delinqüência juvenil, incluindo a

identificação de preditores para este comportamento. A partir de um maior conhecimento do processo, durante a infância e adolescência, se poderá ter maiores subsídios para o planejamento de programas de prevenção e intervenção junto a esta população.

REFERÊNCIAS

- Altoé, S. (1990). *Infâncias perdidas: o cotidiano nos internatos-prisão*. Rio de Janeiro: Xenon.
- Altoé, S. (1993). *Menores em tempo de maioridade: do internato prisão à vida social*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula.
- Assis, S. G. & Constantino, P. (2001). *Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Bardin, L. (1977). *A análise de conteúdo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Barnow, S.; Lucht, M. & Freyberger, H. J. (2001). Influence of punishment, emotional rejection, child abuse, and broken home on aggression in adolescence: An examination of aggressive adolescents in Germany. *International Journal of Descriptive and Experimental Psychopathology, Phenomenology and Clinical Diagnostic*, 34, 167-73.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental-ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114, 413-434.
- Born, M.; Chevalier, V. & Humblet, I. (1997). Resilience, desistance and delinquent career of adolescent offenders. *Journal of Adolescence*, 20, 679-694.
- Bowlby, J. (1989). *Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bowlby, J. (1984). *Apego e perda*. vol. 2: Separação. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1973).
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Castro, A. L. S. (2002). Os adolescentes em conflito com a lei. Em M. L. J. Contini; S. H. Koller & M. N. S. Barros (Orgs.), *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 122-129). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.
- Cauffman, E.; Feldman, S.; Waterman, J. & Steiner, H. (1998). Posttraumatic stress disorder among female juvenile offenders. *Journal American Academic Child and Adolescent Psychiatry*, 37, 1209-1216.
- Cecconello, A. M.; De Antoni, C. & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Estudos em Psicologia*, 8, 45-54.
- Chesney-Lind, M. & Paramore, V. V. (2001). Are girls getting more violent? *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 17(2), 142-166.
- De Antoni, C.; Hoppe, M. M.; Medeiros, F. B. & Koller, S. H. (1999). Uma família em situação de risco: resiliência e vulnerabilidade. *Interfaces*, 2, 81-85.
- De Antoni, C. & Koller, S. H. (2000). Vulnerabilidade e resiliência familiar: um estudo com adolescentes que sofreram maus-tratos intrafamiliares. *Psico*, 31, 39-66.
- Garbarino, J.; Kostelny, K. & Dubrow, N. (1991). What children can tell us about living in danger. *American Psychologist*, 46, 376-383.
- Gomes, R. (1994). A violência enquanto agravo à saúde de meninas que vivem nas ruas. *Cadernos de Saúde Pública*, 10, 156-167.
- Gomes, R.; Deslandes, S. F.; Veiga, M. M.; Bhering, C. & Santos, J. F. C. (2002). Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, 18, 707-714.
- Grusec, J. & Lytton, H. (1988). *Social development: history, theory and research*. New York: Springer-Verlag.
- Herrera, V. M. & McCloskey, L. A. (2001). Gender differences in the risk for delinquency among youth exposed to family violence. *Child Abuse and Neglect*, 25, 1037-1051.
- Lisboa, C.; Koller, S. H.; Ribas, F. F.; Bitencourt, K.; Oliveira, L.; Porciuncula, L. P. & De Marchi, R. B. (2002). Estratégias de coping de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 345-362.
- Loeber, R. & Dishion, T. (1983). Early predictors of male delinquency: a review. *Psychological Bulletin*, 94, 68-99.
- Loss, H.; Ferreira, S. P. A. & Vasconcelos, F. C. (1999). Julgamento moral: estudo comparativo entre crianças institucionalizadas e crianças da comunidade de baixa renda com relação à emergência do sentimento de culpa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12, 47-69.
- McKnigh, L. R. & Loper, A. B. (2002). The effect of risk and resilience factors on the prediction of delinquency in adolescent girls. *School Psychology International*, 23, 186-198.
- Meneghel, S. N.; Giugliani, E. J. & Falceto, O. (1998). Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. *Cadernos de Saúde Pública*, 14, 327-335.
- Miller, D.; Trapani, C.; Fejes-Mendoza, K. & Eggleston, C. (1995). Adolescent female offenders: unique considerations. *Journal of Adolescence*, 30, 429-435.
- Oliveira, M. B. & Assis, S. G. (1999). Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os "ressocializam": a perpetuação do descaso. *Cadernos de Saúde Pública*, 15, 831-844.
- Osofsky, J. D. (1995). The effects of exposure to violence on young children. *American Psychologist*, 50, 782-788.
- Overstreet, S. (2000). Exposure to community violence: defining the problem and understanding the consequences. *Journal of Child and Family Studies*, 9, 7-25.
- Ramires, V. R. R. (2003). Cognição social e teoria do apego: possíveis articulações. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16, 403-410.
- Salzinger, S.; Feldman, R. S.; Stockhammer, T. & Hood, J. (2002). An ecological framework for understanding risk for exposure to community violence and the effects of exposure on children and adolescents. *Journal of Aggression and Violent Behavior*, 7, 423-451.
- Scaramella, L. V.; Conger, R. D.; Spoth, R. & Simons, R. L. (2002). Evaluation of a social contextual model of delinquency: a cross-study replication. *Child Development*, 73, 175-195.
- Sheley, J. F.; McGee, Z. T. & Wright, J. D. (1992). Gun-related violence in and around inner-city schools. *American Journal of Diseases of Children*, 146, 677-682.
- Siegel, J. A. & Williams, L. M. (2003). The relationship between child sexual abuse and female delinquency and crime: a prospective study. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 40(1), 71-94.
- Silva, D. F. M. (2002). *O desenvolvimento das trajetórias do comportamento delinqüente em adolescentes infratores*. Tese de Doutorado não publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Silva, D. F. M. & Hutz, C. S. (2002). Abuso infantil e comportamento delinqüente na adolescência: prevenção e intervenção. Em C. S. Hutz (Org.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp.151-185). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Steinberg, L. (2000). The family at adolescence: transition and transformation. *Journal of Adolescent Health, 27*, 170-178.

Enviado: 15/11/2004
Revisado: 10/12/2004
Aceito: 12/12/2004

Nota de agradecimento:

As autoras agradecem a colaboração das acadêmicas do Curso de Psicologia da UNISINOS, Luciana Deretti, Joana Severo Leon e Daniela Bergesch D’Incao, na coleta de dados e às instituições financiadoras deste projeto de pesquisa FAPERGS, UNISINOS e CNPq.

Sobre as autoras:

Débora Dalbosco Dell’Aglío: Doutora em Psicologia do Desenvolvimento e Professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Endereço para correspondência: Instituto de Psicologia, UFRGS, Ramiro Barcelos, 2600 – 90035-003 Porto Alegre, RS. Endereço Eletrônico: dalbosco@cpovo.net.

Samara Silva dos Santos: Psicóloga graduada pelo Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS-RS).

Jeane Lessinger Borges: Psicóloga graduada pelo Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS-RS).
